



## Os desafios de uma disciplina escolar: práticas docentes no ensino de Sociologia

*Maria Cristina Stello Leite<sup>1</sup>*

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre pesquisa de mestrado realizada entre os anos de 2011 e 2014, no contexto da rede pública do estado de São Paulo, lugar onde a disciplina Sociologia passa a ser parte obrigatória do currículo a partir de 2009. A pesquisa se desenvolveu por meio de observações em sala de aula acompanhando uma professora e um professor de Sociologia numa mesma escola. Com a proposta de ultrapassar a dimensão individual das práticas docentes, as observações coletadas em pesquisa de campo trazem contribuições para pensarmos tanto sobre o contexto específico da rede pública paulista quanto ao que está se constituindo como próprio da Sociologia no formato de disciplina escolar. Apesar do contexto específico no qual a pesquisa foi realizada, seu mérito está em contribuir para reflexões quanto à trajetória da Sociologia como disciplina obrigatória no ensino médio, há completar uma década, e novamente alvo de disputas.

**Palavras-chave:** Ensino de Sociologia. Práticas Docentes. Disciplina Escolar. Currículo. Material Didático.

## Challenges of a School Subject: Teaching Practices in Sociology

### Summary

The article discusses results of the author's Master's research, conducted from 2011 to 2014 in the public school system of the state of São Paulo, Brazil. In those schools, Sociology studies have become a mandatory curricular component since 2009. The research was carried out based on field observation at the classes of two Sociology teachers, male and female, working at the same school. Aiming to reach beyond the analysis of the individual dimension of teaching practices, the data collected in field research bring contributions to examine both the specific context of the public school system of São Paulo and the broader constitution of the elements that have come to form Sociology as a school subject. Even if referring to a specific context, the contribution of this research lies in proposing thoughts on the trajectory of Sociology as a mandatory curricular component in secondary education – a legal directive that is about to complete a decade in Brazil and is yet again to be the target of disputes.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais, Mestre em Educação e Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo.

**Keywords:** Sociology Teaching; Teaching Practices; School Subject; Curriculum; Didactic Material

## **Introdução**

O interesse sobre o ensino de Sociologia surgiu nos anos finais em que cursava a graduação, concomitante ao retorno da Sociologia ao quadro de disciplinas obrigatórias da educação básica. Naquele momento, entre os anos de 2008 e 2009, a rede estadual de ensino de São Paulo preparava-se para o retorno das disciplinas de Sociologia e de Filosofia, na ausência de um quadro suficiente de docentes efetivos com formação específica para assumir as aulas. Também data deste período a distribuição de material didático produzido sob encomenda pela Secretaria Estadual de Ensino (SEE-SP) para cada uma das disciplinas obrigatórias no currículo, tanto do Ensino Fundamental II quanto do Ensino Médio. Neste contexto de retorno da disciplina de Sociologia, as perguntas que me assuntavam referiam-se às práticas de professores e professoras quando estavam em sala de aula. Como era ser professora de Sociologia? Como seria falar de conteúdos das ciências sociais para adolescentes? Quais eram as referências dos docentes ao planejarem e dotarem de sentido as suas aulas? Curiosidade instigada pela aluna de ciências sociais prestes a exercer o magistério e pela pesquisadora, que diante das análises sobre os Cadernos de Sociologia<sup>2</sup> reflete sobre as práticas docentes e o espaço de autonomia e criação docente.

Nesse sentido, optou-se logo no início da pesquisa do mestrado em buscar tanto leituras sobre o ensino de Sociologia como autores que permitissem uma compreensão do contexto das culturas escolares referindo-se ao objeto de estudo como disciplina escolar. No entanto, antes de adentrar nas questões teóricas que orientaram a pesquisa, faz-se necessário destacar a forma como se delimitou a escolha dos sujeitos envolvidos e as observações de campo. A escolha por observar docentes de uma mesma escola, em que foi possível encontrar uma professora com formação em Ciências Sociais e um professor estudante de Filosofia, ocorreu diante da dificuldade, no ano de 2013, em encontrar professores/as com formação específica na área ministrando as aulas de Sociologia. Na escola que se tornou “campo de pesquisa”, localizada na região central da cidade de São Paulo, o cenário não era muito diferente de outras escolas visitadas, em que o quadro de aulas de Sociologia estava completo na ausência de docentes com formação específica. As condições de trabalho destes docentes, sem formação específica e com contratos precários, denunciavam a precariedade do contexto de inserção da Sociologia na

---

<sup>2</sup>Os Cadernos de Sociologia foram objeto de investigação na pesquisa de Iniciação Científica no ano de 2010, em que o objetivo era refletir sobre o uso das imagens que compunham este material didático. Ao analisar os Cadernos, chamou à atenção o modo prescritivo com que o material se dirigia às práticas docentes. Ao longo do presente texto a grafia em maiúscula para Cadernos refere-se a este material didático.

escola. Tanto a professora quanto o professor que participaram da pesquisa possuíam contratos temporários, sendo 2013 o primeiro ano de trabalho na escola e sem perspectiva de se manter nela no próximo ano letivo.

A partir das questões iniciais e o contexto de retorno da disciplina uma nova questão é formulada: O que faz ou não faz sentido no ensino de Sociologia na escola? “Faz sentido?”, a pergunta presente no título da pesquisa de mestrado, é uma dessas perguntas realizadas à pesquisadora que propiciaram reflexões referentes à Sociologia e sua constituição como disciplina escolar. Buscou-se identificar e diferenciar as práticas docentes criadas em um espaço e tempo próprios da escola. Ao tratar de uma disciplina que permaneceu longo período excluída da sala de aula<sup>3</sup>, as questões colocadas na pesquisa de campo sobre as práticas docentes demonstravam dúvidas que poderiam ser explicitadas, inicialmente, pela inconstância da Sociologia na escola gerando insegurança quanto às práticas em sala de aula uma vez que havia escasso acúmulo de saberes próprios de uma disciplina escolar. A partir das observações em sala de aula e conversas com os docentes, outros elementos se mostraram pertinentes dentro do contexto escolar para a compreensão do ensino de Sociologia. O objetivo do presente texto é compartilhar a pesquisa e tecer algumas considerações referentes à temática.

## **A disciplina escolar Sociologia faz sentido?**

Em pesquisas que apresentam como objeto de investigação o ensino de Sociologia, independente do recorte realizado - currículo, formação de professores, práticas ou histórico – comumente se destina um espaço à apresentação do campo a partir da trajetória histórica da disciplina no currículo da educação básica, com início no Brasil República. A trajetória intermitente da disciplina contribui para o leitor compreender uma parte dos desafios enfrentados por aqueles e aquelas que estão na sala de aula, qual seja, encontrar um sentido às práticas docentes. No entanto, me abstenho de realizar, mesmo que brevemente, uma apresentação das idas e vindas da Sociologia no currículo da educação básica indicando referências consultadas e utilizadas na pesquisa e que apresentam um panorama histórico e político, como Amaury Moraes (2003; 2011), Ileizi Fiorelli Silva (2008) e Simone Meucci (2000).

Como a pretensão deste texto reside na discussão das práticas docentes tem-se que, não faz sentido pensar a Sociologia e o seu ensino como um fenômeno desconectado das

---

<sup>3</sup>O trabalho de Ana Lucia Lennert da Silva expõe as condições de trabalho dos professores e professoras de Sociologia que permaneceram vinculados à rede pública de ensino paulista durante o período de exclusão da disciplina.

especificidades do contexto escolar. As tensões que instigaram a pesquisa e que se aprofundaram no campo apontavam para a relação entre proposta curricular e materiais didáticos com a cultura escolar tendo o docente como “mediador”. Utilizou-se o conceito de culturas escolares a partir do reconhecimento de que as escolas apresentam modelos organizativos que lhe são próprios, com mentalidades, hábitos, práticas, teorias e estratégias que as identificam. Segundo tal concepção, os conteúdos entendidos como próprios da Sociologia não poderiam ser vistos como “transpostos” de um lugar a outro de modo incólume. Em determinado momento da pesquisa tornou-se nítido que o formato das ciências sociais no ensino superior não poderia ser a única referência para as práticas no ensino de Sociologia. Mostrou-se assim pertinente problematizar a Sociologia como disciplina escolar que sofre a influência simultânea de elementos internos e externos à escola. Fez-se necessário observar também a complexidade das produções próprias do espaço da escola, se afastando de concepções que a observam como mera reprodutora de políticas externas à sua dinâmica.

A pergunta referente ao sentido da Sociologia pode soar um pouco extravagante. No entanto, ao ouvi-la ao longo da pesquisa de campo reiteradamente pareceu não fazer referência ao campo científico da sociologia ou, de forma mais abrangente, às ciências sociais, mas sim sobre esta como disciplina escolar. As observações em sala de aula foram problematizadas sob a perspectiva da cultura escolar, recorrendo especificamente a teóricos que concebem a disciplina escolar como uma produção de conhecimento própria da escola. É o caso dos historiadores André Chervel e Circe Bittencourt, que inspiraram as análises realizadas diante do material coletado na pesquisa de campo.

A continuidade e persistência no tempo, acrescida de relativa autonomia ao sabor do contexto histórico, permitiram à escola como instituição criar produtos tão específicos como as disciplinas escolares. Estas possuem sua própria história, transformam-se, adaptam seus conteúdos e, inclusive, desaparecem sob efeito de reformas, como é o caso da Sociologia, numa dinâmica que permite visualizá-las como territórios em disputa. Nesse campo de disputas, podemos nos deter sobre a escolarização de um saber produzido fora da escola, processo que cria códigos próprios, como as disciplinas escolares. Sendo assim, uma hipótese levantada a partir deste referencial teórico relaciona-se à ideia de que os códigos que lhe são próprios e que são apoiados em um saber empírico permitem aos docentes concepções de ensino e cultura escolar a partir do campo disciplinar.

André Chervel, em texto publicado no início da década de 1990, trata mais especificamente desta questão ao pensar os condicionantes das práticas docentes como assentados num conjunto de crenças oriundas de um código disciplinar, que também permite conceber o ensino como uma prática cultural. Dessa forma, a originalidade da ação educativa

resultaria das necessidades do dia a dia da sala de aula, dos desafios que são postos no cotidiano escolar aos docentes no fazer diário de seu ofício, que se realiza na relação direta com seus alunos e alunas.

Ao se contrapor a ideia de que a prática docente seria uma transposição didática, Chervel (1990) chama atenção para uma compreensão das disciplinas escolares como “entidades epistemológicas”, em que a legitimação da prática é referendada com maior peso da escola quando comparada a outros lugares, como seria o caso da universidade. Tal proposição não diminui a importância da universidade e instituições de pesquisa na busca por apoiar e qualificar a escola, mas pretende colocar em evidência a força da cultura escolar nas tomadas de decisões dos docentes no cotidiano de sala de aula.

No seu fazer diário, docentes encontram-se com meninos e meninas, jovens pertencentes a uma geração diferente da sua. Deparam-se com os códigos da própria disciplina escolar contrapostos às referências da sua formação inicial. O material didático presente em sala de aula se mostra como recurso e guardião do acúmulo dos saberes de uma disciplina, no entanto, isto não é tudo, já que a proposta é pensar de que forma docentes organizam e criam suas práticas de ensino. Foi possível observar ao longo da pesquisa de campo que algumas vezes era diante dos/as alunos/as que tanto o professor quanto a professora repensavam seus planejamentos. Por meio dos recursos didáticos reelaboravam textos e justificavam o quanto daquilo parecia pertinente ou não ensinar.

Se por um lado não é finalidade da disciplina escolar Sociologia formar sociólogos ao fim do ensino médio, o objetivo de lhe conferir sentido implica em uma reflexão constante sobre a formação do cientista social no planejamento das práticas docentes. Ao planejar aulas, professores/as preocupam-se constantemente com os modos de despertar o interesse dos estudantes para o tema ou conteúdo tratado com pretensão de garantir a aprendizagem, algo que foi possível constatar em conversas e observações de campo. Dentre as anotações, identifica-se o esforço dos docentes em relacionar suas aulas com aquilo que era demandado pelos/as alunos/as, com o desafio de motivá-los/as a aprender. Um desafio posto a todas as disciplinas escolares, sem dúvida, e que nesta pesquisa se mostrou importante destacar ao observarmos as práticas docentes.

Ao frequentar a escola como pesquisadora foi possível verificar a escassez de fontes de referência para a criação das aulas de Sociologia. Na busca por apreender o que poderia se configurar como próprio da disciplina ministrada, a professora recorria a textos presentes nos

livros didáticos<sup>4</sup> disponíveis na escola, com recorrentes adaptações para os/as alunos/as copiarem nos cadernos. A professora indicava, não sem certa dose de angústia, a dificuldade em encontrar recursos didáticos com uma linguagem que fosse considerada adequada para “tornar possível o ensino” de Sociologia. A expressão “tornar possível o ensino” pode ser entendida, segundo Chervel (1990), como a busca de professores/as em reelaborar suas aulas constantemente, de modo que os conteúdos da disciplina façam sentido em diferentes contextos.

Os materiais didáticos, livros e os Cadernos de Sociologia principalmente, são referências importantes na busca por fontes de inspiração na criação das aulas e, dessa perspectiva, retomaremos mais adiante esta questão. No entanto, motivações de cunho “aparentemente” pessoal são, concomitantemente, referências relevantes na constituição das práticas docentes. Explicar um sistema econômico como o capitalismo ou então a crescente burocratização oriunda da formação do Estado moderno exige do/a professor/a recorrer aos saberes acumulados pelas ciências sociais. Exige, igualmente, uma constante busca por metodologias adequadas ao contexto escolar, sem perder a singularidade de ser cientista social que ministra aulas de Sociologia no ensino médio. Essa busca é alimentada, por um lado, pelo contato diário com os/as alunos/as e, por outro, pelo “capital cultural” do/a professor/a, que corresponde aos saberes acumulados pelas ciências sociais relacionadas a uma bagagem cultural /artística. Algumas situações vivenciadas na sala de aula foram significativas para ilustrar essa relação.

Em determinada situação vivenciada cujo objetivo seria abordar a modernidade e a burocratização da vida na modernidade foram disponibilizados aos/as alunos/as o livro *Metamorfose* de Franz Kafka. Ocorreu em uma das aulas em que se realizava a leitura coletiva da obra, uma aluna comentar sobre sua incapacidade de compreender o livro referindo-se a ele como algo “muito difícil para sua cabeça oca”. A fala da aluna intrigou a professora levando-a a reorganizar sua proposta inicial das aulas. Se de antemão o interesse estava em estranhar e desnaturalizar uma situação exposta em material não-escolar, o livro do Kafka, após as aulas e as tentativas de leituras coletivas, o objetivo tornou-se apresentar o autor e sua obra como forma de informar os/as alunos/as sobre a existência de uma cultura que não aquela vivenciada por eles/as no cotidiano. Nas situações vivenciadas nas aulas do professor parecia haver uma concepção mais instrumental referindo-se sobre a importância dos/as alunos/as acessarem conhecimentos de “cultura geral”, entrando nessa denominação desde o ensino de siglas como

---

<sup>4</sup>Estes livros eram tanto os destinados ao ensino de Sociologia, como os exemplares de outras editoras que não foram escolhidos pela escola no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) 2012, quanto os destinados ao ensino de Filosofia.

UNE, OAB e ONG<sup>5</sup> até quem foi Heródoto, o famoso historiador grego. Para o professor, o papel do ensino de Sociologia era o de fornecer informações relevantes ao exercício da cidadania.

Nos dois casos, tanto do professor quanto da professora, é possível observar a influência do capital cultural sobre o modo como se reformula a disciplina escolar Sociologia. No caso do professor<sup>6</sup>, temos uma componente não abordada na pesquisa ao pensarmos a Sociologia na escola, possivelmente relacionada às antigas disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social Política Brasileira, também conhecida como OSPB, e o caráter instrumental e moralizador que elas carregavam. No entanto, como hipótese essa ideia não foi aprofundada na pesquisa e mantenho a referência ao caráter instrumental do professor.

A intenção de levar para as aulas de Sociologia um repertório cultural era recorrente na fala dos dois docentes. Tal concepção sobre o ensino de Sociologia pode ser verificada no documento curricular do estado de São Paulo quando, ao fornecer um breve histórico sobre o retorno da disciplina, afirma que sua volta

[...] apoia-se no reconhecimento de que a democratização do acesso ao conhecimento científico tem na Sociologia, como ciência humana produtora de conhecimentos específicos, uma mediação indispensável para atingir o objetivo de incrementar a participação consciente, racional e bem informada dos cidadãos nos assuntos públicos. (SÃO PAULO: SEE, 2010, p.32)

A “participação consciente”, segundo o documento, requer acesso a informações que o docente de Sociologia estaria apto a fornecer, a partir de sua formação no ensino superior e também de seu repertório cultural. A constituição das disciplinas escolares, segundo Bittencourt (2003) e mencionado anteriormente, nos permite repensar o papel da escola compreendendo-a também como espaço de produção de saber. Observar as práticas a partir do pressuposto da existência de culturas que são próprias da escola permite ir além das definições formais sobre os sujeitos para então considerá-los como parte desta cultura, que interferem e são interferidos por ela.

Ao colocar como ponto de partida a pergunta feita pela professora, sobre o sentido de suas práticas, identificamos a preocupação sobre o modo como os/as alunos/as dotariam de sentido as aulas. Diante das práticas realizadas ao longo das aulas foi possível obter contribuições para se discutir os sentidos dados à disciplina escolar Sociologia. Uma vez que não se restringe a observações de campo, o material coletado também é composto por diálogos

<sup>5</sup>UNE, União Nacional dos Estudantes; OAB, Organização dos Advogados do Brasil; ONG, Organização Não-Governamental.

<sup>6</sup> O professor, estudante de filosofia, há pouco mais de três anos atuava como docente, tendo trabalhado vinte anos no sistema ferroviário de transporte.

constantes com a professora e o professor, e permite refletir sobre as práticas docentes e a constituição da disciplina, partindo do pressuposto de que, ao criar suas práticas diárias, o docente tem como finalidade não apenas os objetivos expostos no currículo escrito, mas, igualmente, a busca por compreender qual é o sentido do seu trabalho.

“Para isso que a escola serve?”, interroga a professora. Ao dirigir perguntas à pesquisadora referentes ao papel da escola, a professora parecia buscar sentido para seu trabalho localizando o espaço da Sociologia em diálogo com as expectativas dirigidas à escola. Como criações espontâneas da cultura escolar, as disciplinas carregam um formato próprio que as identifica e exerce influência que não se restringe ao espaço da escola, resvalando na vida social. Nesse sentido, retomando a indagação da professora quanto ao papel da escola, podemos pensar na via de mão dupla das relações estabelecidas dentro da sala de aula, onde professores/as são influenciados e influenciam a vida social de seus/suas alunos/as.

### **Reflexões sobre um currículo para a disciplina escolar Sociologia - ordenando conteúdos e prescrevendo práticas**

Conforme indicado no início do texto, os recursos didáticos são elementos relevantes ao problematizar práticas docentes, que indicam muitas vezes a materialização do currículo na sala de aula. No momento da pesquisa, dois tipos de materiais eram recorrentes na sala de aula, livros didáticos e os Cadernos de Sociologia.

Para uma breve contextualização dos Cadernos de Sociologia, também conhecidos como os “caderninhos do estado”, é importante destacar que eles compõem parte importante do programa *São Paulo faz escola*, projeto de reforma educacional paulista e implantado no ano de 2008 em resposta ao mau desempenho das escolas públicas em avaliações de larga escala, como o SARESP<sup>7</sup>. O programa tem como principal meio de entrada nas escolas os materiais impressos apresentando entre outras coisas o Currículo do Estado de São Paulo nos níveis de Ensino Fundamental (ciclo II) e Ensino Médio com o objetivo de “apoiar o trabalho realizado nas escolas estaduais e contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos” (SÃO PAULO, 2010, p.7). Os materiais impressos são dirigidos especialmente às/aos professores/as e alunos/as, organizados por disciplina/série (ano)/bimestre. Os materiais foram amplamente distribuídos nas escolas públicas da rede estadual servindo como referência da proposta curricular para os docentes. Estimado ou não, o fato é que os “caderninhos” estavam nas mãos dos/as alunos/as e professores/as, conforme constatado na pesquisa de campo, corroborando para a relevância de abordá-lo num trabalho que tem como foco práticas docentes.

---

<sup>7</sup>Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, SARESP.

Não por acaso, o formato dos Cadernos de Sociologia foi associado por professores/as ao de apostila, uma vez que estabelece a organização do trabalho por série e bimestre, e no caso do material destinado ao uso exclusivo do docente, ainda há prescrições e orientações de como conduzir as aulas. Os Cadernos precisam ser analisados atentamente como elemento incorporado pela cultura escolar, não só porque é um material que guarda em si concepções sobre o ensino de Sociologia, mas principalmente porque carrega as consequências geradas pelas intermitências da disciplina no currículo em relação ao acúmulo de práticas, metodologias e entendimentos do porquê ensiná-la na escola.

Ao entrevistar a professora e o professor antes de iniciar a pesquisa de campo, questionei quanto aos recursos utilizados para o planejamento das aulas. Para a professora, os “caderninhos” eram uma referência de conteúdo, já o livro didático era usado com adaptações, e o material de uso mais recorrente era aquele produzido por ela. Já o professor dizia claramente que trabalhava com os “caderninhos” e às vezes com material próprio. Ele não mencionava livros didáticos e enquanto o acompanhei nas aulas não foi possível observar nenhum uso destes. Quando questionado, a justificativa para esta ausência devia-se, segundo ele, ao escasso tempo disponível nas aulas, considerado insuficiente para leituras. Mesmo os “caderninhos” ele procurava “enxugar” ao máximo, uma vez que a presença de conteúdos de história era recorrente, era necessário evitar abordar por conta do curto tempo disponível para as aulas.

Por conta de sua trajetória singular pelo currículo escolar, o ensino de Sociologia carece de estudos nas mais diferentes áreas, como a didática, a metodologia de ensino, o currículo, a formação de professores, necessária para avançarmos e consolidarmos uma compreensão dela no formato de disciplina escolar. Sendo assim, o texto das Orientações Curriculares Nacional alerta aos docentes para a necessidade de uma adequação da linguagem, dos temas, dos objetos à fase de aprendizagem dos jovens quando se trata do ensino de Sociologia. Um termo recorrente no documento das Orientações Curriculares refere-se à tradução por recortes, já que a simples “transposição” dos conteúdos seria um problema para a prática docente. Das observações realizadas em sala de aula, identificava-se que no caso da professora, o formato das ciências sociais próprio do ensino superior era o principal referencial no planejamento dos conteúdos. Era a partir deste referencial que ela avaliava a proposta presente nos Cadernos de Sociologia e nos livros didáticos. Mas diante das limitações do referencial da formação inicial, quando pensadas para o contexto escolar, professores e professoras se deparam com um espaço, mesmo que pequeno, de autonomia e criação. É neste espaço que reconhecemos o/a professor/a como pesquisador/a e não mero tarefeiro.

## **Práticas docentes no ensino de Sociologia: ser pesquisador/a do próprio ofício**

“O que é mestrado?”, questiona uma aluna à professora alguns dias após minha entrada na escola. Diante da pergunta inusitada a professora espontaneamente responde que “é algo que se faz para não ficar como eu, na sala de aula”. Em seguida, a professora reformula a resposta e diz que um pesquisador é como um médico que observa e faz um diagnóstico antes de dar o remédio, e olhando para mim enfatiza: “mas nós não damos o remédio”. Em certa medida, é possível interpretar a fala da professora como um descontentamento com seu trabalho, que também expressa a crescente desvalorização da profissão docente no contexto da educação pública.

A diferenciação estabelecida entre ser pesquisador e estar em uma sala de aula sugeriu a forma como enxergava o próprio trabalho, aparentemente diminuído por ela diante de alguém que exercia o papel de pesquisadora. Contudo, a diferenciação feita também dizia sobre como me localizar no espaço da sala de aula. Não era possível passar despercebida, tão pouco achar que eu era apenas mais uma pessoa dentro da escola. No papel de pesquisadora, havia uma expectativa da professora<sup>8</sup> quanto às minhas contribuições para a realização das aulas. Algo suscitado pelas inúmeras perguntas que me foram dirigidas frequentemente. Acredito que foi possível estabelecer algo melhor que contribuições oferecidas por uma pesquisadora, a saber, um espaço de conhecimento compartilhado, onde questões eram colocadas por mim e pela professora no intuito de refletir conjuntamente recorrendo aos teóricos das ciências sociais e às experiências de sala de aula. Acredito também que este espaço de conhecimento compartilhado criado entre mim e a professora deve-se a minha atuação como docente na disciplina Sociologia no ano anterior, nas mesmas condições de trabalho. Após alguns meses do término da pesquisa de campo, passei também a relacionar o entusiasmo da professora em partilhar suas práticas comigo tanto com a trajetória de constituição da disciplina escolar Sociologia, e suas consequências para o acúmulo de saberes que lhe são próprios, quanto com a ausência de espaços dentro da escola em que fosse possível a troca de experiências entre docentes.

Vale ressaltar neste momento o que François Dubet (1997) identifica sobre ser pesquisador da própria aula, pois os questionamentos e desafios enfrentados ao longo da curta experiência como professora de Sociologia ganharam contornos diferentes quando analisados distante da sala de aula. Após a experiência de um ano como professor de escola, Dubet faz uma análise sobre o que se passou alertando que o fato de ser um sociólogo não lhe permitia antecipar os acontecimentos melhor que outros profissionais do ensino. No entanto, a análise

---

<sup>8</sup> A ênfase sobre a professora deu-se por conta, entre outras coisas, de sua enorme disposição em dialogar e refletir sobre suas práticas. O professor, ao seguir os Cadernos de Sociologia, não se mostrava inseguro diante das práticas em sala de aula, mesmo quando estas se contrapunham à proposta curricular.

que faz posteriormente da sua experiência como professor, como não poderia deixar de ser, é como sociólogo.

Em conversas com meus interlocutores, ao longo de dois bimestres frequentando a sala de aula, foi possível observar a existência de elementos externos que pressionam os docentes para uma maior rotinização do trabalho. A repetição das práticas na sala de aula pode ofuscar os olhos para aquilo que qualifica a atividade profissional, o ato criador. Nesse sentido, Elsie Rockwell entende o cotidiano como um nível particular da realidade social propondo investigar as criações próprias da escola na tentativa de compreender sua dinâmica interna. Rockwell (1995) sugere que a mediação feita pelo docente por meio de suas práticas entre currículo e sala de aula não seriam “apenas reprodução de algo que lhe é externo mas parte de um processo de investigação e criação”. Sendo assim, podemos dizer sobre o caso específico da disciplina Sociologia. Ela constitui a si própria por meio das práticas docentes e discentes, uma vez que são estas que realizam a mediação entre os elementos que compõem a cultura escolar.

Para Rockwell, o currículo seria um nível normativo que se incorpora à dinâmica do cotidiano escolar criando um conjunto de práticas relevantes para a formação tanto dos docentes quanto dos/as alunos/as. O currículo oficial materializa-se numa dada realidade. Exige do pesquisador fazer uso de métodos qualitativos na tentativa de apreender a dinâmica da sala de aula. Sendo assim, talvez a única forma de apreender as práticas docentes seja estar em uma sala de aula cotidianamente observando a realidade complexa na qual se está inserido. A forma escolar não pode ser ignorada neste tipo de pesquisa. Uma forma que agrupa, classifica e diferencia os processos de aprendizagem e que coloca o/a professor/a como aquele/a que detém o conhecimento e, por isso, inicia, controla e avalia. Cabe aos/as alunos/as assumir o lugar daquele que não sabe e, por isso, aguarda as “instruções” do mestre.

No entanto, é possível observar no cotidiano da sala de aula interações espontâneas que, segundo Rockwell, costumam ser permitidas desde que não interfiram na organização da escola. Mesmo com o uso do tempo e do espaço delimitados por uma estrutura burocrática, é possível reconhecer certa flexibilidade que nos permite olhar para as práticas como algo não engessado. Contudo, é inegável a autoridade exercida pelo livro didático sobre a forma de como os saberes a serem ensinados estão codificados. Mesmo quando há criação de material didático próprio, os livros didáticos continuam a ser o material de referência para uma produção mais autoral. Tal constatação de Kazumi Munakata (2010), se coaduna ao que foi notado na pesquisa de campo uma vez que a professora “produzia” frequentemente seu próprio material recorrendo não apenas ao livro didático disponível na escola, mas ainda a outros dois livros didáticos de Sociologia e um de Filosofia, na tentativa de reorganizar os textos utilizados nas aulas. O fato de sempre utilizar textos presentes nos livros didáticos, mesmo fazendo adaptações próprias

demonstrava não uma mera dependência, mas uma procura por responder às demandas das aulas planejadas. Sua procura não se “limitava” aos livros didáticos estendendo-se a textos próprios das ciências sociais, o que corroborou o entendimento de seus planejamentos como parte da atividade profissional.

Apesar de se comprometer em fazer uso integral dos Cadernos de Sociologia, o professor sempre vinculava o ensino desta disciplina ao fornecimento de informações de cultura geral para os alunos e alunas insistindo sobre a importância de saber sobre “política e movimentos sociais”, não especificando o que entraria nesta denominação e provavelmente fazendo referência ao que estava previsto no currículo do terceiro ano do ensino médio. Paralelamente às atividades dos Cadernos, o professor utilizava textos e questões que compactuavam com outra concepção sobre o ensino de Sociologia aproximando-se de um caráter mais “instrumental” mencionado anteriormente.

A seguir, irei expor reflexões sobre as práticas observadas dentro de duas temáticas trabalhadas pela professora: ideologia e sociedade de consumo e o surgimento da sociologia no contexto da sociedade moderna.

Ao explicar os conceitos de ideologia e de sociedade de consumo, a professora lê textos, discute letras de música, assiste a um filme junto com as turmas, tudo acontecendo dentro de espaços que carregam a forma escolar. Com a intenção de promover a participação dos/as alunos/as, a professora abre espaço para diálogos e intervenções instigando a possibilidade de se relacionar os conteúdos da disciplina com fatos da vida cotidiana. No entanto, ao solicitar textos escritos para avaliar a apropriação do conteúdo, ela pede que se escreva com as próprias palavras, identificada como uma prática de avaliação recorrente. Mas quais seriam estas palavras que demonstrariam o “aprendizado” do conteúdo senão aquelas utilizadas pela professora? As palavras utilizadas pela professora são “próprias” no sentido de guardarem certa pessoalidade? Nesta situação era possível observar a dificuldade em avaliar o que havia sido aprendido a partir do ensino planejado. Justamente porque não queria cópias, e sim um uso “crítico” do que foi ensinado, ou algo que demonstrasse certa apropriação dos conteúdos, a professora refletia sobre suas práticas a partir do que os/as alunos/as entregavam por escrito.

Nas falas da professora a percepção sobre os objetivos para o ensino de Sociologia estava em conformidade com a proposta curricular. O planejamento de aulas da professora estava em diálogo com muitas das propostas presentes no Caderno, mesmo não fazendo uso integral. Nesse sentido, termos como desnaturalização e estranhamento eram de conhecimento da professora, e mesmo não os pronunciando “verbalmente” para refletir sobre suas práticas, em nossas conversas ficavam nítidas suas intenções em ensinar aos/as alunos/as a possibilidade de olhar para sua realidade social a partir de outros pontos de vista. Segundo a Proposta Curricular,

Trata-se, portanto, não de se colocar no lugar do jovem como porta-voz, mas de aproximar-se dele para estranhar com ele o seu próprio lugar no mundo que o cerca. O princípio que orienta este currículo, portanto, é o do estranhamento, tal como aparece nas Orientações Curriculares (SÃO PAULO, 2010, p. 134).

No caso do professor, não foi possível perceber em nossas conversas algum entendimento sobre os objetivos da Sociologia tais como estão colocados na proposta curricular<sup>9</sup>.

Os conflitos presenciados ao longo da pesquisa de campo podem ser analisados a partir dos princípios abordados no documento oficial compreendendo estranhamento como estratégia didática que tem por função mostrar ao/a aluno/a a maneira específica que o sociólogo analisa a vida social. Isto posto, o desafio do/a professor/a seria apresentar a Sociologia a partir daquilo que a caracteriza como ciência considerando o/a aluno/a de ensino médio e suas mais diversas demandas.

Observando as práticas em que a professora incorporava as falas dos/as alunos/as no decorrer da aula, parecia evidente haver uma preocupação com o objetivo de fazê-los participar “ativamente”. O movimento realizado pela professora ao criar um espaço de compartilhamento partia das estratégias de desnaturalização e estranhamento, como pude observar em duas situações. Numa delas a professora tratava da origem da sociedade moderna, pensando a urbanização e a industrialização como fomentadoras de nova dinâmica social; em outra, abordou o tema ideologia e consumo dando bastante ênfase à indústria cultural.

Ao fazer referência à origem da sociedade moderna e o processo de industrialização relacionando-os com o surgimento das ciências sociais como meio de explicar os fenômenos da vida social, a professora recorreu à recuperação histórica. Nesse sentido, a estratégia da desnaturalização se viabiliza por meio dos conhecimentos da história, que permitem pensar numa dinâmica da realidade social. Para tanto, a professora utilizou um texto do livro didático de Sociologia - “Sua Majestade, a fábrica” - que tratava do contexto histórico/social que originou o processo de industrialização. Para que os/as alunos/as pudessem acompanhar a leitura do texto, a professora fez<sup>10</sup> um número de cópias suficiente para todos/as, uma vez que o livro utilizado era um exemplar daqueles que a escola recebe no período de escolha do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Havia na escola livros didáticos<sup>11</sup> disponíveis para todos os/as aluno/as, guardados no armário da professora – muitas vezes a ajudei a carregar uma

---

<sup>9</sup>No documento das OCEM as posturas de estranhamento e desnaturalização são os objetivos principais da disciplina e que estão explicitamente colocados na proposta curricular do estado de São Paulo para a disciplina Sociologia.

<sup>10</sup> Diante das condições de trabalho precárias nas escolas pertencentes à rede estadual de ensino de São Paulo, comumente docentes arcam com os custos sobre cópias na ausência de equipamento e de papel.

<sup>11</sup>O livro didático disponível na escola para a professora usar era o do Nelson Dacio Tomazi, escolhido no PNLD de 2012.

sacola cheia deles – e, no entanto, ela optava por um texto de outro livro. Diante desta escolha, há uma busca por compor seu próprio material a partir dos objetivos pretendidos e dos recursos disponíveis, e mesmo que este material de cunho autoral tenha como referência os livros didáticos, não pareceu sintoma de alta dependência ou dificuldade de pesquisar ou elaborar.

Ao ler o texto utilizado pela professora identificamos uma introdução ao que foi a Revolução Industrial explicando o momento da denominada “acumulação primitiva de capital”, de referências às práticas mercantilistas e das condições em que a Inglaterra se encontrava para tornar-se o berço da sociedade fabril. Em seguida, o texto dedica-se a falar da classe trabalhadora e das condições de trabalho a que estava submetida finalizando com uma breve introdução sobre Karl Marx e o surgimento dos primeiros socialistas. Todo o texto preocupa-se com o enfoque histórico e é em função dele que a professora elabora uma série de questões de interpretação de texto com o intuito de avaliar a leitura que os/as alunos/as fizeram. Desnaturalizando a partir de um recorte histórico a forma como o trabalho é concebido hoje, a professora questionava-se sobre o que tornava a Sociologia diferente da História. Isto porque, além das questões já apontadas aqui, é preciso retomar a ideia do tempo e espaço escolares. A leitura deste texto impresso em três páginas de sulfite necessitava de duas a três aulas para ser concluída. Uma leitura feita quase que exclusivamente pela professora e não era contínua, mas sim seguida de várias pausas, ora para explicar ora para chamar a atenção dos/as alunos/as com relação à falta de ordem na sala.

Neste tempo e espaço próprios do formato escolar, em que elementos da cultura material estão presentes na sala de aula interferindo na organização das práticas docentes, a ordem e o disciplinamento parecem ser condições necessárias. Muitas vezes<sup>12</sup> ao fazer a leitura, a professora também preocupava-se com a forma que os/as alunos/as iriam “aprender” e dar sentido ao que estava sendo ensinado. E neste tempo que torna a leitura mais longa, efeito dos elementos que compõem o dia a dia da sala de aula, o sentido dado àquela prática parecia se perder. Tomemos este caso da leitura de um texto que apresenta dados históricos. A preocupação da professora estava em saber se os/as alunos/as compreenderiam o porquê de relacioná-lo com a proposta seguinte sobre as condições atuais de trabalho. Para isso, ao falar sobre condições de trabalho a professora fazia um esforço para que os/as alunos/as pudessem contar sobre suas próprias experiências enquanto trabalhadores/as, sobre o que conheciam a respeito ou ainda suas expectativas sobre o mercado de trabalho. Nesta busca por criar um “espaço de conhecimento compartilhado”, as dúvidas que rondavam o planejamento das aulas eram sobre o tipo de entendimento que os/as alunos/as teriam.

---

<sup>12</sup>No dia em que frequentava as aulas a professora tinha cinco turmas de primeiro ano e, sendo assim, observei várias vezes o que seria a “mesma” aula.

Se na situação relatada, referente à discussão sobre a sociedade moderna e o surgimento da sociologia, a professora usou como estratégia de desnaturalização o uso de dados históricos, já ao tratar de ideologia e consumo a professora recorreu a “instrumentos” da cultura como forma de sensibilizar os/as alunos/as para o assunto a ser tratado. Foi assim que a professora fez aproximações com elementos da cultura cotidiana criando este “espaço de conhecimento compartilhado” com o objetivo de proporcionar uma postura de estranhamento.

Dado que a função do docente é “facilitar” a participação dos/as alunos/as e oferecer instrumentos culturais de maior potencialidade explicativa, como escolher os instrumentos culturais<sup>13</sup> que poderão proporcionar uma compreensão compartilhada na sala de aula? Muitas vezes isso requer uma negociação que exige da professora repensar o currículo e as formas de avaliação. Esta negociação pode ser realizada nos espaços de conhecimento compartilhado construídos na sala de aula. Quando a professora utilizou o documentário “Criança, a alma do negócio” como instrumento didático foi possível observar grande participação dos/as alunos/as. Isto porque o filme trata do apelo ao consumo “desenfreado” utilizando muitas imagens de propagandas voltadas para o público infantil no ano de 2005, época em que boa parte dos/as alunos/as eram crianças e consumiam ou desejavam aqueles produtos. A professora, ao propor o uso deste documentário, não havia pensado que seus/suas alunos/as eram aquelas crianças e, no entanto, este imprevisto passou a ser o maior promotor de sensibilização para o assunto a ser tratado.

## Considerações finais

A partir da pergunta da professora – “faz sentido?” –, referente às suas práticas em sala de aula e ao êxito dos objetivos pretendidos, vale a pena retomar a proposta de Florestan Fernandes (1980) para o ensino das ciências sociais no antigo secundário. Descartando a aquisição de conhecimentos de forma enciclopédica sugeria o sociólogo que o objetivo era pensar como os conhecimentos seriam “transmitidos” pela disciplina Sociologia de modo que formasse o/a aluno/a para uma participação ativa nas atividades políticas. Nesse sentido, defendia que

O ensino das ciências sociais no curso secundário seria uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social (FERNANDES, 1980, p. 106).

---

<sup>13</sup> O uso das expressões instrumentos da cultura e cultura cotidiana refere-se a artefatos culturais presentes no cotidiano dos/as alunos/as como músicas, notícias de jornal, filmes e etc.

Abordagens do ensino de Sociologia como esta eram referências presentes no meu diálogo com a professora e em sua reflexão. O objetivo de “desnaturalizar” as relações sociais, perceber que “as coisas nem sempre foram assim”, segundo a fala da professora, contribui para uma formação que visa maior participação possibilitando ao/à aluno/a participar da vida política que o/a cerca. Este desafio configurou-se nesta pesquisa principalmente por meio do formato escolar inerente à constituição da Sociologia como disciplina escolar. Uma vez que este formato precisa ser compreendido dentro das culturas escolares houve a necessidade de observar o quanto estas se implicavam nas práticas realizadas no cotidiano da sala de aula, o quanto interferiam na execução dos planos de aula.

O estranhamento e a desnaturalização, como princípios norteadores da proposta curricular para Sociologia no estado de São Paulo, influenciada principalmente pelas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), têm o objetivo de proporcionar aos/às alunos/as uma visão diferente do senso comum. Mostrar que a realidade social não é algo estático seria o objetivo da Sociologia, segundo Otávio Ianni (2011). Não apenas os conteúdos selecionados geravam reflexões, mas também o modo como poderiam ser apresentados. Os objetivos de promover uma “compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social”, como desejava Fernandes; ou de apresentar uma realidade social dinâmica, segundo Ianni, culminavam em reflexões sobre o próprio trabalho e o modo como os/as alunos/as dariam sentido.

## Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe M. F. *Disciplinas escolares: história e pesquisa*. In: OLIVEIRA, M. A. T.; RANZI, S. M. F. (Org.) *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança: Ed. Univ. São Francisco, 2003. pp. 9-39.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. Brasília. D.F. v. 3, 2006.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, vol. 2, 177-229, 1990.

DUBET, François. *Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor*. Entrevista concedida a Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Sposito. Tradução de Inês Rosa Bueno. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, n.5, Mai/Jun/Jul/Ago, 1997.

FERNANDES, Florestan. *O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira*. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

IANNI, Octávio. *O ensino das Ciências Sociais no 1º e 2º graus*. Cadernos Cedes: Ensino de Sociologia: Permanências e Novos Desafios, Campinas, vol.31, n.85, pp. 383-403, set.-dez., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/05v31n85.pdf>>

LEITE, Maria Cristina Stello. “Faz sentido?”- *práticas docentes no ensino médio na disciplina sociologia: um estudo na rede pública do estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

LENNERT, Ana Lúcia. Condições de Trabalho do Professor de Sociologia. *Cadernos Cedes: Ensino de Sociologia: Permanências e Novos Desafios*, Campinas, vol.31, n.85, pp. 383-403, set.-dez., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/05v31n85.pdf>>

MEUCCI, Simone. *A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2000.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n.1, pp. 5-20, abr. 2003.

\_\_\_\_\_. Ensino de Sociologia: Periodização e Campanha pela Obrigatoriedade. *Cadernos Cedes: Ensino de Sociologia: Permanências e Novos Desafios*. Campinas, vol.31, n.85, pp. 359-382, set.-dez, 2011

MUNAKATA, Kazumi. Livro, livro didático e forma escolar. In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas et al. (org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ROCKWELL, Elsie et al. *La escuela cotidiana*. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Educação. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e Suas Tecnologias*. São Paulo: SEE, 2010.

SILVA, IleiziFiorelli. A Sociologia no Ensino Médio: Os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Cronos*, Natal, v. 8, p. 403-427, 2008.

*Recebido em: 20 de maio de 2017*

*Aceito em: 10 de junho de 2017*